

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Gilberto Freyre e Josué de Castro: dois Brasis?.

Mercês Santos Silva.

Cita:

Mercês Santos Silva (2009). *Gilberto Freyre e Josué de Castro: dois Brasis?.* XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1261>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Gilberto Freyre e Josué de Castro: dois Brasis?

Mercês Santos Silva

1. Introdução

Gilberto Freyre e Josué de Castro, dois intelectuais pernambucanos renomados internacionalmente que atuaram e atuam no palco do pensamento social nordestino e Brasileiro. Pensadores autênticos e polêmicos que desenvolveram estudos num mesmo espaço histórico geográfico do qual resultaram obras singulares, caracterizadas por densas e ricas informações e deduções, mas sob ângulos diferentes, para uma compreensão da condição humana e seus valores, nos aspectos biossociais e culturais (ARRUDA, 1997).

Suas trajetórias de vida pública foram pautadas em torno da interpretação da realidade brasileira, cujas obras centrais *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Geografia da Fome* (1946), respectivamente, marcaram sem dúvida a cultura política intelectual do Brasil do século XX. O livro *Casa Grande & Senzala* foi inscrito sobre um momento decisivo da vida político-social do Brasil, que passava um processo de mudança social, e uma tentativa de modernização em padrões nacionais, tendo nesta obra e, conseqüentemente, em Gilberto Freyre a expressão ideológica política de apresentar “o nosso país como a terra prometida”, onde todas as raças viviam num equilíbrio antagônico de harmonia, onde havia o necessário para todos (CANDIDO, 1999).

Uma década depois, Josué de Castro apresenta em *Geografia da Fome*, em 1946, outro Brasil, completamente oposto do analisado por Freyre. Bem verdade que, antes mesmo de concluir esta obra, Castro já apresentava nos anos 1930, artigos sobre a população brasileira que

contrapunha a visão harmônica freyriana. Todavia, nesta sua obra central, nas palavras de Manuel Correia de Andrade (1997) - um livro-manifesto, que Josué de Castro revela um país ocultista de seus problemas centrais.

Aqui cabe assinalar que acontecimentos históricos não ocorrem simplesmente ao acaso, deste modo, podemos atentar para o fato de que estes dez anos entre uma obra e outra, pode nos sugerir uma transição de um intelectual tradicional para um intelectual engajado e intervencionista, processo pelo qual podemos identificar na história da intelectualidade brasileira. Além disso, podemos sugerir não apenas transição de tipologias de intelectuais, mas também mudanças sociais e de eixos temáticos no pensamento social brasileiro.

Se pensarmos um caminho divisório do pensamento social brasileiro -, cujos primeiros passos encontramos na obra de Euclides da Cunha “Os Sertões” (1902), consolidado com a obra de impacto de Gilberto Freyre em 1933 -, podemos analisar que o fim da Segunda Guerra, isto é, os anos de 1945 e 1946 constituem o momento em que ocorreu uma ruptura temática entre a preocupação em torno da identidade nacional com as questões de ordem cultural e racial. A tônica dominante passou a ser a questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento nacional. Momento em que a maioria dos estudiosos da sociedade sofreu uma forte influência do marxismo e das teorias desenvolvimentistas (RIDENTI, 2000).

A questão não se pautava mais em que somos? Quem é o povo brasileiro? Mas se concentrava em entender o porquê do subdesenvolvimento do Brasil? Qual a razão de um país tão rico estar mergulhado no atraso cultural, social e, sobretudo, econômico? A elite intelectual brasileira, especialmente, o campo sociológico e econômico, tomou cada vez mais para si a solução das problemáticas das desigualdades sociais, da miséria, dos desequilíbrios regionais, do mau funcionamento das instituições, das debilidades políticas e morais que prejudicam o desenvolvimento social (*Ibidem*).

Neste sentido, engajar-se era a tarefa encontrada por um certo perfil de intelectuais à brasileira para transformar o país. Contudo, devido a larga atuação pública e as bruscas mudanças políticas, obrigou muitos dos intelectuais exilarem nos anos de 1960.

Num artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, em 1999, Antonio Candido, ao participar do debate sobre os desafios sociais da fome, retrata bem este ânsia dos intelectuais brasileiros dos anos de 1945, levantando a questão do papel do conhecimento e do pensamento na produção de ações políticas voltadas para o combate de desigualdades sociais. Antonio Candido partiu da assertiva de que alguns intelectuais deste período, como Josué de Castro, haviam traçado um longo caminho onde fluíram debate, ações e consciências a cerca de uma realidade incômoda: a miserabilidade e a exclusão da população brasileira.

Quem tem a minha idade, ou pouco menos, ainda lembra que nas escolas dos anos 20, 30 e 40 a palavra de ordem era apresentar o nosso país como terra prometida, onde havia o necessário para todos e ninguém morria à mingua. Homens como Josué de Castro trouxeram à tona a triste realidade e levaram as concepções educacionais a serem mais realistas, porque ficou impossível esconder aos jovens a triste verdade. Ora, sem o conhecimento da verdade não se muda nada (CANDIDO, 1999, p. 6).

Esta passagem é importante para elucidar que não estamos querendo ser parciais na escolha interpretativa sobre o Brasil, buscaremos contextualizar a partir de uma breve apresentação das trajetórias de vida destes autores, contudo, não pouparemos em arriscar afirmações que por ora pareceram certezas, mas serão estudadas posteriori.

No presente trabalho, analisaremos a partir das contribuições dos estudos de Gilberto Freyre e Josué de Castro nas décadas de 1930 e 1940, a temática da alimentação e, conseqüentemente, o debate sobre raça que subjaz o debate nutricional no Brasil, vistos que tais temas constituem as categorias centrais que expressam os pontos de tensão e de atração das abordagens desses pensadores no campo do pensamento social brasileiro.

Cumprе enfatizar que, as discussões serão trabalhadas em torno das obras acima citadas, buscando as situações convergentes ou contraditórias tanto politicamente quanto culturalmente que deram origem a dois movimentos de idéias singulares. Serão estes aspectos aqui tomados como ponto de partida desta análise: a questão da alimentação em Freyre e Castro.

2. Gilberto Freyre e a abordagem da alimentação em Casa Grande & Senzala

A crise dos anos de 1930 não se constitui apenas no campo político e econômico com a ruptura da República Velha, mas se inseri num conjunto de valores e idéias com pretensões revolucionárias ao redor da construção de uma nação brasileira. Assim, o ímpeto “revolucionário” encontraria em Freyre um dos principais porta-vozes da consolidação da Identidade Cultural e Nacional do Brasil. Esta ideologia que se tornara dominante neste período. Filho da oligarquia tradicional de Pernambuco, descendente direto de filhos de senhores de engenho. Gilberto Freyre pertencia a esta classe em decadência que buscava com Revolução de 1930 manter-se a sombra do poder, adotando o novo sem romper com o passado (PALLARES-BURKE, 2005).

Esta oscilação fica a todo tempo presente em Casa Grande e Senzala. O traço conservador de Freyre ao mesmo tempo o inovador que demonstra no cotidiano do povo brasileiro suas expressões mais ricas; entre a gentil escravidão brasileira e a brutalidade desta escravidão. Talvez, dado estes aspectos que temos inúmeras interpretações de seus escritos, o que nos revela um dado desequilíbrio harmônico de seu pensamento. Podemos até arriscar em afirmar que na sua própria trajetória política e intelectual encontramos tais oscilações entre o conservador político e a tentativa de intelectual revolucionário.

Gilberto Freyre nasceu em 1900, na cidade do Recife. Aos 17 anos, viajou para os Estados Unidos, onde obteve o grau de bacharel em Artes Liberais, especializando-se em ciências políticas e sociais. Em 1922, tornou-se mestre em Ciência Política, Jurídica e Sociais pela Universidade de Colúmbia, retornando a Pernambuco no período de 1926 a 1930 como secretário particular do governador de Pernambuco, Estácio Coimbra. (VASCONCELOS, 2001).

Em 1933, publicou o seu livro clássico *Casa Grande e Senzala*, que o tornou internacionalmente conhecido. Em 1946, foi eleito Deputado Federal por Pernambuco, e também membro da Assembléia Constituinte. Como parlamentar foi autor do projeto de lei que criou, em Recife, o Instituto de Pesquisa Social que originou na atual Fundação Joaquim Nabuco. Em 1949, foi delegado do governo brasileiro, da Assembléia-Geral das Nações Unidas (*Ibidem*).

Da sua produção intelectual, no decorrer das décadas de 1930 e 1940, além de Casa Grande e Senzala (1933), destacamos Sobrados e Mucambos (1936); Nordeste (1937); Açúcar (1939); O mundo que o português criou (1940); Região e tradição (1941); Problemas brasileiros de antropologia (1943); Perfil de Euclides da Cunha e outros perfis (1944); Sociologia (1945) e Interpretação do Brasil (1947).

Entretanto, é em Casa Grande e Senzala que Freyre nos revela a história da alimentação, o padrão e os hábitos alimentares da sociedade brasileira, sendo um dos temas recorrentes deste ensaio sócio-antropológico. Segundo Peter Burke (1997), Freyre, freqüentemente, tece elogios as tradições culinárias brasileira, especialmente a nordestina, examinando a alimentação a partir de dois ângulos principais. O primeiro o da dieta, com ênfase nas insuficiências; o segundo, o da significação simbólica dos vários tipos de comidas enquanto expressão de valores como hospitalidade, masculinidade e feminilidade, tais como definidos pela cultura colonial do Nordeste. Aqui elucidaremos apenas o primeiro aspecto.

Gilberto Freyre (1998) com sua abordagem sociocultural sobre o processo de miscigenação constitui um dos divisores de água do paradigma racial e climático dominante no fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Para o nutrólogo, Francisco de Assis Vasconcelos (2001), as discussões em Freyre em torno da identidade cultural estiveram diretamente ligadas e

identificadas no interior do movimento médico-sanitário brasileiro, dos anos de 1930, que procurava afirmação das teses eugênicas, entre elas, a da valorização da raça brasileira (o mestiço) por meio de uma alimentação racional.

A grosso modo, podemos pontuar alguns aspectos principais sobre os hábitos alimentares da sociedade colonial brasileira, registradas em Casa Grande e Senzala, que Freyre relacionam com características elementares do sincretismo cultural, do sistema econômica e das condições físico-geográficas.

A primeira diz respeito ao padrão e hábitos alimentares da sociedade colonial brasileira como sendo produto do sincretismo alimentar das culinárias do índio brasileiro, do negro africano e do branco português. Sendo assim, ele demonstra que foi a mistura das cozinhas dessas três raças que constituiu a cozinha mestiça, para ele a autêntica cozinha brasileira.

Para as necessidades de alimentação foram-se cultivando de norte a sul, através dos primeiros séculos coloniais, quase as mesmas plantas indígenas ou importadas. Na farinha de mandioca fixou-se a base do nosso sistema de alimentação. Além da farinha cultivou-se o milho; e por toda parte tornou-se quase a mesma a mesa colonial, com especializações regionais apenas de frutas e verduras: dando-lhe mais cor ou sabor local em certos pontos a maior influência indígena; noutros, um vivo colorido exótico a maior proximidade da África; e em Pernambuco, por ser o ponto mais perto da Europa, conservando-se um equilíbrio entre as três influências: a indígena, a africana e a portuguesa (Freyre, 1998, p. 32).

Ao que pudemos perceber, Freyre (1998) dedica uma atenção importante a farinha, fazendo uma analogia entre a farinha de trigo e a mandioca. “*O português no Brasil teve quase que radicalmente seu sistema alimentar, cuja base se deslocou com sensível déficit, do trigo para a mandioca*” (p.14-15). É a partir desta constatação de insuficiência alimentar da farinha, alimento fundamental do brasileiro, que ele traz uma relação dialética entre o trigo e a mandioca com determinadas antíteses sociais, como branco X negro, colonizador X colonizado.

Assim, a farinha de mandioca, considerada um alimento fonte de carboidratos, de proteínas de “segunda classe”, pobre em vitaminas e minerais e, portanto, de baixo valor biológico-nutricional, passou a simbolizar o nativo, o mestiço, o mulato, o caboclo brasileiro. Em contrapartida a farinha de trigo fonte de vitaminas e minerais, superior em valor nutricional passou

a simbolizar o branco. Dessa forma, Freyre buscava explicar as diferenças entre o brasileiro mestiço e o europeu, a partir das próprias construções climáticas e hábitos alimentares:

Adversas ao trigo as condições de clima e de solo quase que só insistiram em cultivá-lo os padres da S. J. para o preparo de hóstias. E a farinha de mandioca usada em lugar do trigo, abandonam os plantadores de cana a sua cultura aos cablocos instáveis. Daí: pela ausência quase completa do trigo entre os nossos recursos ou possibilidades naturais de nutrição, o rebaixamento do padrão alimentar do colonizador português; pela instabilidade na cultura de mandioca abandonada aos índios — agricultores irregulares —, a conseqüente instabilidade do nosso regime de alimentação. Ao que deve se acrescentar a falta de carne fresca, de leite e de ovos, e até de legumes, em várias das zonas de colonização agrária e escravocrata; talvez em todas elas, com a só exceção, e essa mesma relativa, do planalto paulista. (...) temos que reconhecer ter sido o regime alimentar do brasileiro, dentro da organização agrária e escravocrata que em grande parte presidiu a nossa formação, dos mais deficientes e instáveis. Por ele possivelmente se explicarão importantes diferenças somáticas e psíquicas entre o europeu e o brasileiro, atribuídas exclusivamente à miscigenação e ao clima (Freyre, 1998, p. 33).

Outro aspecto da abordagem deste autor na questão alimentar seria o sistema econômico-social baseado na monocultura latifundiária escravocrata. Este tipo de sistema de agricultura colonial escravocrata do latifúndio, para Freyre, privou a população colonizada do suprimento equilibrado e constante de alimentação sadia. Tal fato evidencia o mau aproveitamento dos nossos recursos naturais de nutrição, com o predomínio de uma lógica organizacional de monocultura para exportação para a colônia.

Na formação da nossa sociedade, o mau regime alimentar decorrente da monocultura, por um lado, e por outro da inadaptação do clima, agiu sobre o desenvolvimento físico e sobre a eficiência econômica do brasileiro no mesmo mau sentido do clima deprimente e do solo quimicamente pobre. A mesma economia latifundiária e escravocrata que tornou possível o

desenvolvimento econômico do Brasil, sua relativa estabilidade em contraste com as turbulências nos países vizinhos, envenenou-o e pervertendo-o nas suas fontes de nutrição e de vida (FREYRE, 1998, p.34)

Tais assertivas nos levar ao terceiro aspecto que seria as condições físico-geográficas do clima e do solo que, segundo Freyre também influenciara os hábitos alimentares da sociedade colonial brasileira.

Pode-se generalizar sobre as fontes e o regime de nutrição do brasileiro: as fontes — vegetação e águas — ressentem-se da pobreza química do solo, exíguo, em larga extensão, de cálcio; o regime, quando não peca pela deficiência em qualidade tanto quanto em quantidade, resente-se sempre da falta de equilíbrio. Esta última situação, geral: inclui as classes abastadas. A deficiência pela qualidade e pela quantidade é e tem sido desde o primeiro século o estado de parcimônia alimentar de grande parte da população. Parcimônia às vezes disfarçada pela ilusão da fartura que dá a farinha de mandioca intumescida pela água. A pobreza de cálcio do solo brasileiro escapa quase de todo ao controle social ou à retificação pelo homem; as outras duas causas, porém, encontram explicação na história social e econômica do brasileiro — na monocultura, no regime de trabalho escravo, no latifúndio, responsáveis pelo reduzido consumo de leite, ovos e vegetais entre grande parte da população brasileira. São suscetíveis de correção ou de controle (Freyre, 1998, p. 42).

Como podemos analisar, Freyre enfatiza as deficiências da alimentação brasileira. Entretanto, procurar tornar mais evidente que a classes melhores alimentadas no sistema escravocrata brasileiro seria os Senhores de Engenhos e os Escravos, este último era bem alimentado dado aos trabalhos pensados que desenvolvia. Várias são as passagens que Freyre enfatiza a boa alimentação dos escravos. *“Melhor alimentados, repetimos, eram na sociedade escravocrata os extremos: os brancos das casas-grandes e os negros das senzalas* (FREYRE, 1998, p.34).

Para Freyre, as classes sociais constituídas de homens livres e mestiços eram as que apresentavam um maior déficit de condições nutricionais e sanitárias. Segundo ele existiria uma

discrepância atenuante entre as famílias brasileiras dos engenhos e da cidade. A primeira caracterizaria pela boa alimentação dos escravos, sobretudo os escravos “domésticos” e a segunda pela pobreza nutricional

De modo que a nutrição da família colonial brasileira, a dos engenhos e notadamente a das cidades, surpreende-nos pela sua má qualidade: pela pobreza evidente de proteínas de origem animal e possível de albuminóides em geral; pela falta de vitaminas; pela de cálcio e de outros sais minerais; e, por outro lado, pela riqueza certa de toxinas. O brasileiro de boa estirpe rural dificilmente poderá, como o inglês, voltar-se para o longo passado de família na certeza de dez ou 12 gerações de avós bem-alimentados de bifesteque e legumes, de leite e ovos, de aveia e frutas a lhe assegurarem de longe o desenvolvimento eugênico, a saúde sólida, a robustez física, tão difíceis de ser perturbadas ou afetadas por outras influências sociais quando predomina a da higiene da nutrição (Freyre, 1998, p. 41)

Este trecho, como veremos, é analisado por Josué de Castro para responder as críticas direcionadas a este em notas explicativas. Na verdade, Freyre procura nestas notas defender-se de possíveis críticas as suas assertivas ao mesmo tempo em que revoga para si a autenticidade e a prioridade sobre determinadas abordagens. Isto fica claro, na nota de rodapé 142 na qual ele direciona a crítica ao trabalho de livre-docência de Josué de Castro para a cátedra de fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife, defendida por Castro, em 1932, sob o título “O problema Fisiológico da Alimentação Brasileira”. Neste trabalho, Josué de Castro apresenta seu enfoque social numa análise nutricional a cerca das condições alimentares brasileira, trilhando seu método de demonstrar a fome como um problema social.

Entretanto diz Freyre:

Inteiramente errado, a nosso ver, o Sr. Josué de Castro no seu trabalho O problema Fisiológico da Alimentação Brasileira, Recife, 1933 — no qual chega, aliás, do ponto de vista fisiológico e através da técnica mais recente na sua especialidade, às mesmas conclusões gerais que o autor deste ensaio, pelo critério sociológico e pela sondagem dos antecedentes sociais do brasileiro, isto é, “muitas das conseqüências mórbidas incriminadas aos efeitos desfavoráveis do nosso clima são o resultado do pouco caso dado

aos problemas básicos do regime alimentar” — quando considera os alimentos ricos de hidratos de carbono os “de aquisição mais barata pela sua abundância natural, num país agrícola como o nosso”. “A alimentação intuitiva, habitual, das classes pobres, trabalhadoras”, acrescenta, “está, sob este ponto, de acordo com os fundamentos fisiológicos”. Procuramos indicar neste ensaio justamente o contrário: que a monocultura sempre dificultou entre nós a cultura de vegetais destinados à alimentação. Do que ainda hoje se sente o feito na dieta brasileira — na do rico especialmente na do pobre. Nesta o legume entra raramente; uma fruta ou outra, a rapadura ou o mel é servido, a rigidez do regime do brasileiro pobre: farinha, charque e bacalhau. O feijão é luxo [...] (FREYRE, 1998, p 82)

Se analisarmos este trecho, será evidente reconhecer que ambos tiveram conclusões gerais aproximadas em seus estudos. O que Freyre tenta elucidar é a diferenças de métodos e demarcar claramente as fronteiras de saberes que para Freyre, significava que, apenas sociólogos utilizar-se de métodos e critérios sociais para interpretar a realidade e o que sucedeu nos estudos de Castro foram apenas aplicação de técnica fisiológica de inquérito alimentar.

No tocante, a história da alimentação brasileira, não nos resta dúvidas de que Freyre foi um de seus percussores, particularmente com sua abordagem sociocultural, tendo assim, forte influência entre os médicos e nutricionistas de sua época. Entretanto, ao nosso ver, há em Freyre também uma forte influência de médicos e nutrólogos que desenvolveram estudos anteriores sobre a alimentação brasileira, haja vista que em notas explicativas, ele explicita bem suas leituras e suas críticas a estes especialistas. A própria temática, se assim quiséssemos discutir em tom Freyriano de quem descobriu e falou o que primeiro, em relação a alimentação, não se teria dúvida que foi Josué de Castro que iniciou este debate no Brasil com método e abordagem sócio-geográfico desde 1932 de forma mais seria, partindo de questões não apenas fisiológicas, mas culturais e econômicas. Como poderemos vislumbrar a seguir.

Josué de Castro e a questão da alimentação

Nascido em Recife em 24 de setembro de 1908, Josué de Castro, filho de pai fugitivo da grande seca no Sertão paraibano e mãe, filha de Senhor de Engenho da Zona da Mata, pode conviver em sua infância com a realidade nordestina do sertão ao litoral. Esta realidade marcou

profundamente sua existência, levando-o a considerá-la sua própria Sobornne, na qual travou seu conhecimento sobre a fome. Temática que se constitui como sua obsessão e que percorre toda sua trajetória de homem da ciência e do homem da política.

Em 1929, formado em Medicina, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro aos 21 anos de idade, recém-formado, retorna a Recife, onde traça uma carreira profissional de sucesso, montando a primeira clínica especializada em problemas de nutrição. Sua relação com a Nutrição leva-o nos primeiros anos de 1930 a desenvolver sua pesquisa sobre as condições de vida do operariado pernambucano que deu origem ao ensaio sobre “As condições de vida das classes operárias no Recife”, publicado em 1935 no Rio de Janeiro, em que constata que o problema da ineficiência de trabalhadores numa dada fábrica de Recife, era fome, má alimentação.

O resultado desta pesquisa causou intensas reflexões em Josué de Castro. Ao que percebe, é a partir deste estudo que Josué de Castro consolida-se com um homem múltiplo, capaz de reunir uma pluralidade de conhecimentos e os relacionar entre si. Ele diálogo nos seus estudos com a geográfica, com a nutrição, com as ciências sociais.

Entretanto, este seu perfil de homem de pensamento e ação, desde os anos 1930, foi alvo de críticas. Em 1932, - como enfatizamos acima com Gilberto Freyre. Para Freyre, o erro de Josué está no plano da divisão de saberes, um médico de formação, não poderia abordar com tanto afinco problemas sócio-culturais, assim como ele, antropólogo e sociólogo, não poderia tratar da medicina, sobretudo, com resultados desarmônicos da nossa sociedade. Resultados esses que para Freyre não retratava seu Brasil.

Sem dúvida, Josué de Castro não era dado a especializações, ao que se percebe não enxergava o estudo da ciência como disciplinas intransponíveis. Era o cientista interdisciplinar que analisava a necessidade que tem as ciências de serem dialógicas, sobretudo, das ciências médicas com as ciências sociais em relação a temática da alimentação no Brasil e, posteriormente, no mundo que se constitui para Josué como parte de problemas estruturais de desigualdade social, concentração de renda, má educação. O debate com esta temática coloca-o numa militância política mais intensa.

Josué, não sendo exceção, nos anos 1930 inicia uma militância, mas não desenvolveu grande atuação política parlamentar, dedicando-se às atividades de pesquisa de campo, embora suas idéias tivessem sido levadas a políticas governamentais, entretanto, de cunho mais administrativo. Em 1935, no Rio de Janeiro, assumiu a cadeira de Geografia Humana pela Universidade do Distrito Federal, posteriormente a Universidade do Brasil até 1957 (ANDRADE, 1997).

Em 1939, torna-se Presidente do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), onde permanece até 1941 no governo de Getúlio de Vargas. A abordagem por Josué de Castro do

problema da Fome e todo o seu emaranhado de condicionantes traduziu-se como produção científica marcante no seu livro *Geografia da fome*, publicado em 1946, obra que o coloca como referência em todo mundo. As inclinações e a preocupação social presente na sua produção intelectual conduziram Josué de Castro à atividade política direta.

Em 1950, ligado a Getúlio Vargas lança-se candidato a Deputado Federal pelo PTB e integra a Coligação Democrática da UDN, mas não consegue ser eleito. Em 1954, lança-se novamente candidato a Câmara Federal integrando o Movimento Popular Autonomista pelo PTB contra a Frente democrática Pernambucana, obtém uma votação expressiva elegendo em 7º Deputado Federal mais votado, reelegendo-se, em 1958, mais uma vez como candidato mais votado da história do Nordeste, sendo também eleito vice-presidente do PTB (MELO, 2007).

Ao lado das atividades políticas nacionais atuou internacionalmente como Presidente do Comitê da Campanha Mundial de Luta contra a Fome, subsidiada pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) foi dada a essa função que deixou em 1962 o mandato de Deputado Federal. Dedicando-se a ASCOFAM (Associação Mundial de Luta Contra a Fome) onde é designado para representar o Brasil em Genebra na organização Internacional do Trabalho (OIT). É neste momento que recebe uma indicação para o Nobel da Paz.

Nos anos de 1930 e 1940, podemos destacar, além de *Geografia da Fome* (1946); as obras intelectuais - *O problema fisiológico da alimentação no Brasil* (1932); *O problema da alimentação no Brasil* (1934); *Alimentação e Raça* (1935); *Documentário do Nordeste* (1937); *Alimentação brasileira à luz da geografia humana* (1937); *Fisiologia dos tabus* (1938), *Geografia humana* (1939).

Todas essas obras constituem o processo de lapidação em que Josué de Castro travou sobre seu conhecimento da fome, culminando com sua obra magna *Geografia da Fome*, em que num dos aspectos deste livro, ele descreve as condições de vida da classe no Recife. Neste ensaio ele revela que mais 230 mil pessoas viviam nos chamados mocambos, localizados nos mangues situados aos arredores do processo arquitetônico e urbano, que crescia desordenadamente na cidade.

Segundo Josué de Castro (2005), este crescimento acelerado de mocambos se dava pelas secas periódicas do sertão nordestino e os salários miseráveis dos trabalhadores das usinas. Isto teria conseqüências diretas ao sistema de alimentação dessa população que era exclusivamente composta pela dieta de farinha com feijão e charque, café e açúcar, o que caracterizava falta de variedade de alimentos, baixíssimas taxas de consumo de calorias diárias, ausências de carboidratos, proteínas, cálcio e ferro.

Apresentados estes dados, Josué conclui que pior do que está e não comer nada, por isso, que nesta situação não se fala em alimentar-se, mas em enganar a fome. É dado estes fatos que

Josué, posteriormente tece suas críticas aos inquéritos de alguns nutrólogos em folga nos anos 1930, acusando-os de romancear o sistema alimentar do Nordeste:

Outros inquéritos realizados posteriormente vieram, no entanto, confirmar as nossas conclusões e remover a desconfiança ingênua, em face de nossas afirmações, dos que viviam até então mergulhados no seu ponto de vista lírico — de que não havia em nenhuma parte do Brasil gente morrendo de fome. O inquérito viera demonstrar exatamente o contrário: que, pelo menos naquela região do Nordeste açucareiro, do que mais se morria era de fome. Das conseqüências da fome crônica em que vivem há séculos as populações regionais (CASTRO, 2005, p. 121).

É a partir deste inquérito que Josué Castro contrapõe a visão de Gilberto Freyre no que tange sua a concepção da Região Nordeste açucareira como sendo a melhor alimentada, já que foi esta a região que tardou a sair do sistema escravocrata que este último pensador considerara como o sistema que melhor alimentava tanto o Senhor de engenho quanto. Para Castro (2005), Freyre se equivoca em suas afirmações, haja vista que, para além da manutenção da máquina humana (negros) não havia nenhuma preocupação com alimentos protetores do sistema imunológico dos escravos, pois as senzalas eram tomadas por tuberculoses, avitaminoses de todas formas.

A rigor, o sociólogo não deveria escrever “os mais bem alimentados”, mas os que comiam maiores quantidades de alimentos, o que é bem diferente. São afirmações como esta destituídas de todo fundamento, ao lado de uma impropriedade vocabular que denuncia o desconhecimento, o mais completo, do autor, dos assuntos de alimentação, que tornam a obra de Gilberto Freyre uma obra destituída de qualquer valor científico. Quando um sociólogo ignora que proteína e albuminóides vêm a ser a mesma coisa e cai na pachecada de escrever que a nutrição da família colonial brasileira é de má qualidade “pela pobreza evidente de proteínas e possível de albuminóides”..., não se pode mais levar a sério a sua obra científica. Porque a verdade é que esta ignorância lapidar daria para reprovar qualquer aluno secundário que estivesse fazendo seu exame de história natural, de química ou mesmo de economia doméstica (CASTRO, 2005, p. 128).

O que Castro (2005) nos enfatiza é que nos Engenhos o fator alimentação, não era harmônico como quis acreditar Freyre, posto que quando se estudam as condições de alimentação no Nordeste açucareiro não se pode explicar apenas com bases de razões naturais, tanto de solo quanto de clima, visto que esta região nos apresentou uma das mais propícias ao cultivo de certos produtos alimentares os mais variados. Não se podendo descartar as impressões de Pero Vaz de Caminha “*a terra é de tal maneira dadivosa que se querendo aproveitar dar-se-á nela tudo. Infelizmente, o português não quis*” (p.98)

É deste aspecto que Castro tratará como sendo essencial para entender o sistema alimentar no Brasil, a ação humana, construindo assim, sua argumentação de que a fome é antes de tudo um fenômeno social e histórico, portanto criado pelo homem. No caso Brasileiro, o problema se alastra desde a chegada do colonizador que busca mecanismo de adaptação a nova terra com o processo aclimatação que são a habitação e vestuário e a alimentação, contudo, este último o português não deu importância necessária.

Segundo Josué, o português não aproveitou o ambiente propício a alimentação, tudo em nome da prosperidade e do favorecimento econômico da Colônia que é implantada a economia açucareira, uma exploração da monocultura, considerada uma grave doença da economia agrária, assim com Freyre sutilmente reconhece. Este sistema alastrou com um câncer, saiu devorando, engolindo terras, “*aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano, do qual sua cultura tira toda sua vida*” (p. 99).

Neste sentido, é a ação desequilibrante do colonizador que acaba com a sociedade escravocrata e com o sistema alimentar no Brasil no seu processo de desenvolvimento, não ao contrário, o desenvolvimento como causa da fome. O desenvolvimento e o crescimento urbano desorganizado foram os condicionados pela fome e pelo mau desenvolvimento do nosso processo de alimentação, portanto é algo histórico que precisa ser contextualizado e não romanceado e colocado ao bel prazer de construções intelectuais.

Basicamente, Josué de Castro (2005) pontua os casos de interdições e tabus alimentares construídos pelo sistema econômico para manutenção de uma ordem escravocrata e cultural que perdura até nossos dias. Um dos primeiros casos ocorreu com frutas que eram ricas em vitaminas, sais minerais e proteínas propícias ao clima e solo nordestino do litoral ao sertão foram interditados para uso de consumo, como o caju e coco foram interditados pela economia sociais das zonas canavieiras para não prejudicar o cultivo da área territorial da cana-de-açúcar. Sendo essas frutas

cultivadas apenas em pomares pequenos exclusivos das Casas grandes, isto é, dos senhores de engenhos.

Um outro fator, tão importante quanto esse seriam os tabus alimentares que fizeram parte dos hábitos alimentares como forma de policiamento moral que os proprietários mantinham para defesa dos seus bens. Josué interroga como em Pernambuco, o primeiro produtor de açúcar no mundo, encontramos em inquéritos alimentares de médicos e sanitaristas taxas baixíssimas de carboidratos e avitaminoses nos escravos?

Para ele isso se dera, dado a criação de determinados tabus que os Senhores de engenhos temerosos de que apetite um tanto aguçado dos escravos os levasse a comer muito de seu rico açúcar, reservados a exportação, disseminando o mito de supostos maléficos que o açúcar traz – quando comido de manhã dando lombriga e quando comido a qualquer hora poderia estragar os dentes, tais tabus mantiveram o negro longe deste alimento.

Muito embora que a cozinha regional, com bem enfatiza Freyre (2008) seja abundante em doce e bolos, este consumo é exclusivo dos abastados e aos mais pobres, escravos e gentes da terra, proibidos de chuparem balas de comerem doces para não criar bichos de barriga. Esse fato explica também as altas taxas de diabetes entre as camadas mais abastadas (CASTRO, 2005).

Além disso, estes tabus além de perturbarem de maneira nociva os hábitos alimentares locais, fizeram com que a gente da terra perdesse todo o gosto pela fruta e se desinteressasse por completo do seu cultivo. Os tabus assim constituíram e propagados se tornaram barreiras psicológicas contra determinados consumos

Afirmando e fazendo crer aos negros escravos, e depois aos moradores de suas frutas, que não se deve misturar nenhuma fruta com álcool, que melancia comida no mato logo depois de colhida dá febre, que manga com leite é veneno, que laranja só deve ser comida de manhãzinha, que fruta pouco madura dá cólica, que cana verde dá corrimento, os senhores e os patrões diminuíram ao extremo as possibilidades de que os pobres se aventurassem a tocar nas suas frutas egoisticamente poupadas para seu exclusivo regalo (CASTRO, 2005, p.137).

Se observarmos bem, todas estas interdições e tabus na região Nordeste, de fato hoje em dia quase desnecessária, porque o homem do nordeste já perdeu o gosto e o hábito de comer fruta. Considera uma gulodice, “como considera folha e verdura comida de lagarta. Comida de homem

para essa gente é mesmo, feijão, carne e farinha” (CASTRO, 2005, p. 136). Tais assertivas leva Josué a defender uma das suas teses principais, a saber, a de que o mal que atinge o Brasil do fim do século XIX e XX não é mal de raça e sim, mal de fome. E se fizermos uma reinterpretação, é mau de fome de saúde, de má distribuição de renda, de políticas públicas, sobretudo de educação.

Considerações Finais

De fato, é em Josué de Castro que encontramos uma primeira tentativa de problematização sociológico da fome ao buscar desvendar as razões do predomínio de uma inconsciência que atingiam tantos os famintos quanto a população que compunha a gente. Suas indagações permanecem pertinentes na atualidade. Por que os homens de ciências, os governantes e os políticos e as lideranças não se pronunciam em relação a fome? Por que as implicações políticas e sociais sobre a fome não eram abordados publicamente?

Ao que podemos sugerir em Gilberto Freyre a despeito destas questões, sem dúvida, é a tentativa de manutenção de um sistema econômico favorável ao seu status social e mais do que isso, romanceado e recriado pelo mesmo. Para além disso, não podemos deixar de lado, a importância e impacto que deve sua obra em relação aos assuntos de raça que povoaram nossa sociedade e, sobretudo a relevância e maestria com que tal debate trouxe a sociedade brasileira com

seu novo método de estudar a realidade social, o cotidiano, trazendo luz a sociologia e a história da vida privada.

Entretanto, no que diz respeito a abordagem da alimentação, assim como Freyre e demais interpretes do Brasil, o silêncio em torno dos dados sobre a fome pode sugerir não apenas desconhecimentos de técnicas de inquéritos da medicina, mas também pode se dar por questões de ordem moral que circunda o conhecimento científico e intelectual, visto que, como algo tão agressivo ao ser humano, pode pertencer a uma cultura racional ou que se propunha ser racionalista e civilizada? Como explicar problemas tão primitivos?

É dessa forma que Josué de Castro acredita ser mais estrutural da ordem do político-econômico e social e do descaso dos homens de ciência e dos líderes políticos que encaravam a problemática da fome apenas como uma fatalidade da qual não se poderia fazer. A economia que teria que ser instrumento de equilíbrio de bens da terra, projeta no Brasil uma modernização defeituosa que não gerava emprego, nem elevava o nível educacional da população faminta. Para além disso, o assunto era tratado com pessimismo e por conservadores que pregavam uma revolução na intelectualidade, mas colocando para baixo do tapete os problemas centrais do Brasil.

Referência Bibliográfica

- ANDRADE, Manuel Correia. (1997). **O homem, o cientista e o seu tempo**. Revista Estudos Avançados. São Paulo, vol.11, n. 29, jan./abril.
- ARRUDA, Bertoldo Kruse Grande de,. (1997). **“Geografia da Fome”**: da lógica regional à universalidade. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, ano.3, n.13 jul-set, 1997, p. 545-549.
- BURKE, Peter. (1997). **Gilberto Freyre e a nova história**. São Paulo: Tempo social/Revista de sociologia da USP, n. 9, out.
- CANDIDO, Antonio. (1999). **Para pensar o problema da fome**. Folha de São Paulo, 29 de nov. Caderno C.
- Castro, Josué de. (2005). **Geografia da fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

- Freyre, Gilberto. (1998). Casa-grande e senzala. 34. ed. Rio de Janeiro, Record.

- MELO, Marcelo Mário de; WANDERLEY, Tereza Cristina (Orgs). (2007), In. **Josué de Castro**: perfil parlamentar. Brasília: Câmara dos Deputados, 321 p. (Perfil Parlamentar n.02)

- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. (2005). **Gilberto Freyre**: um vitoriano dos trópicos. São Paulo: UNESP.
- RIDENTE, Marcelo. (2000), Em busca do povo brasileiro. Rio de Janeiro, Record.

- VASCONCELOS, Francisco de Assis (2001). **Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco**: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves. Rio de Janeiro: História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. VIII(2): 315-39, jul.-ago. 2001.